

3. Aplicam-se ao adicional de IUC as regras de liquidação e pagamento previstas nos artigos 16º a 23º do Código do IUC.

4. A receita do adicional de IUC reverte integralmente para o Orçamento do Estado, nos termos dos artigos 10º-A, 10º-B e 88º da lei de enquadramento orçamental, aprovada pela Lei nº 91/2001, de 20 de agosto, alterada e republicada pela Lei nº 37/2013, de 14 de junho.

5. Às matérias não reguladas no presente artigo aplica-se o Código do IUC.

ÍNDICE-SUMÁRIO

PARTE GERAL

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA	9
PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS	9
PARTE I Direitos e deveres fundamentais	11
TÍTULO I Princípios gerais	11
TÍTULO II Direitos, liberdades e garantias	12
CAPÍTULO I Direitos, liberdades e garantias pessoais	12
TÍTULO III Direitos e deveres económicos, sociais e culturais	13
CAPÍTULO II Direitos e deveres sociais	13
PARTE II Organização económica	14
TÍTULO I Princípios gerais	14
TÍTULO IV Sistema financeiro e fiscal	15
PARTE III Organização do poder político	17
TÍTULO I Princípios gerais	17
TÍTULO III Assembleia da República	19
CAPÍTULO II Competência	19
TÍTULO IV Governo	23
CAPÍTULO III Competência	23
TÍTULO V Tribunais	24
CAPÍTULO II Organização dos tribunais	24
TÍTULO VII Regiões autónomas	24
TÍTULO VIII Poder local	27
CAPÍTULO I Princípios gerais	27
CAPÍTULO III Município	27
TÍTULO IX Administração Pública	27

LEI GERAL TRIBUTÁRIA

DECRETO-LEI Nº 398/98, DE 17 DE DEZEMBRO	29
TÍTULO I Da ordem tributária	33
CAPÍTULO I Princípios gerais	33
CAPÍTULO II Normas tributárias	35

TÍTULO II Da relação jurídica tributária	37
CAPÍTULO I Sujeitos da relação jurídica tributária	37
CAPÍTULO II Objecto da relação jurídica tributária	42
CAPÍTULO III Constituição e alteração da relação jurídica tributária	43
CAPÍTULO IV Extinção da relação jurídica tributária	44
SECÇÃO I Pagamento da prestação tributária	44
SECÇÃO II Caducidade do direito de liquidação	46
SECÇÃO III Prescrição da prestação tributária	48
CAPÍTULO V Garantia da prestação tributária	49
TÍTULO III Do procedimento tributário	50
CAPÍTULO I Regras gerais	50
CAPÍTULO II Sujeitos	54
SECÇÃO I Administração tributária	54
SECÇÃO II Contribuintes e outros interessados	61
CAPÍTULO III Do procedimento	64
SECÇÃO I Início do procedimento	64
SECÇÃO II Instrução	65
CAPÍTULO IV Decisão	66
CAPÍTULO V Procedimentos de avaliação	68
SECÇÃO I Princípios gerais	68
SECÇÃO II Avaliação indirecta	70
SUBSECÇÃO I Pressupostos	70
SUBSECÇÃO II Critérios	73
SUBSECÇÃO III Procedimentos	74
TÍTULO IV Do processo tributário	77
CAPÍTULO I Acesso à justiça tributária	77
CAPÍTULO II Formas de processo e processo de execução	78
 CÓDIGO DE PROCEDIMENTO E DE PROCESSO TRIBUTÁRIO	
DECRETO-LEI Nº 433/99, DE 26 DE OUTUBRO	81
TÍTULO I Disposições gerais	87
CAPÍTULO I Âmbito e direito subsidiário	87
CAPÍTULO II Dos sujeitos procedimentais e processuais	88
SECÇÃO I Da personalidade e da capacidade tributárias	88
SECÇÃO II Da legitimidade	89
SECÇÃO III Da competência	90
SECÇÃO IV Dos actos procedimentais e processuais	93
SUBSECÇÃO I Dos prazos	93
SUBSECÇÃO II Do expediente interno	94
SUBSECÇÃO III Das notificações e citações	96
TÍTULO II Do procedimento tributário	100
CAPÍTULO I Disposições gerais	100
CAPÍTULO II Procedimentos prévios de informação e avaliação	103

CAPÍTULO III Do procedimento de liquidação	104
SECÇÃO I Da instauração	104
SECÇÃO II Da decisão	105
SECÇÃO III Dos juros indemnizatórios	105
SECÇÃO IV Procedimentos próprios	106
CAPÍTULO IV Do reconhecimento dos benefícios fiscais	107
CAPÍTULO V Dos recursos hierárquicos	108
CAPÍTULO VI Do procedimento de reclamação graciosa	109
CAPÍTULO VII Da cobrança	112
SECÇÃO I Disposições gerais	112
SECÇÃO II Das garantias da cobrança	112
SECÇÃO IV Das formas e meios de pagamento	118
CAPÍTULO VIII Do procedimento de correcção de erros da administração tributária	120
TÍTULO III Do processo judicial tributário	121
CAPÍTULO I Disposições gerais	121
SECÇÃO I Da natureza e forma de processo judicial tributário	121
SECÇÃO II Das nulidades do processo judicial tributário	123
CAPÍTULO II Do processo de impugnação	123
SECÇÃO I Disposições gerais	123
SECÇÃO II Da petição	124
SECÇÃO III Da contestação	126
SECÇÃO IV Do conhecimento inicial do pedido	127
SECÇÃO V Da instrução	128
SECÇÃO VI Da sentença	130
SECÇÃO VII Dos incidentes	131
SECÇÃO VIII Da impugnação dos atos de autoliquidação, substituição tributária, pagamentos por conta e dos atos de liquidação com fundamento em classificação pautal, origem ou valor aduaneiro das mercadorias	132
CAPÍTULO III Dos processos de acção cautelar	133
SECÇÃO I Disposições gerais	133
SECÇÃO II Do arresto	134
SECÇÃO III Do arrolamento	135
SECÇÃO IV Da apreensão	135
SECÇÃO V Da impugnação das providências cautelares adoptadas pela administração tributária	136
CAPÍTULO IV Acção para o reconhecimento de um direito ou interesse legítimo em matéria tributária	136
CAPÍTULO V Dos meios processuais acessórios	137
CAPÍTULO VI Da intimação para um comportamento	138
TÍTULO IV Da execução fiscal	139
CAPÍTULO I Disposições gerais	139
SECÇÃO I Do âmbito	139

SECÇÃO II Da competência	139
SECÇÃO III Da legitimidade	140
SUBSECÇÃO I Da legitimidade dos exequentes	140
SUBSECÇÃO II Da legitimidade dos executados	140
SECÇÃO IV Dos títulos executivos	142
SECÇÃO V Das nulidades processuais	143
SECÇÃO VI Dos incidentes e impugnações	144
SECÇÃO VII Da suspensão, interrupção e extinção do processo	144
CAPÍTULO II Do processo	147
SECÇÃO I Disposições gerais	147
SECÇÃO II Da instauração e citação	150
SECÇÃO III Garantias especiais	154
SECÇÃO IV Do pagamento em prestações	154
SECÇÃO V Da dação em pagamento	157
SECÇÃO VI Da oposição	159
SECÇÃO VII Da apreensão de bens	162
SUBSECÇÃO I Do arresto	162
SUBSECÇÃO II Da penhora	162
SUBSECÇÃO III Dos embargos de terceiro	169
SECÇÃO VIII Da convocação dos credores e da verificação dos créditos	170
SECÇÃO IX Da venda dos bens penhorados	171
SECÇÃO X Da extinção da execução	176
SUBSECÇÃO I Da extinção por pagamento coercivo	176
SUBSECÇÃO II Da extinção por pagamento voluntário	178
SUBSECÇÃO III Da declaração em falhas	179
SECÇÃO XI Das reclamações e recursos das decisões do órgão da execução fiscal	180
TÍTULO V Dos recursos dos actos jurisdicionais	181
 COMBATE AO PLANEAMENTO FISCAL ABUSIVO	
DECRETO-LEI Nº 29/2008, DE 25 DE FEVEREIRO	185
CAPÍTULO I Objecto e âmbito	187
CAPÍTULO II Deveres	190
CAPÍTULO III Gestão	191
CAPÍTULO IV Ilícitos de mera ordenação social	192
CAPÍTULO V Disposições finais	193
 REGIMES DE TRIBUTAÇÃO PRIVILEGIADA	
PORTARIA Nº 150/2004, DE 13 DE FEVEREIRO	195
 REGIME COMPLEMENTAR DO PROCEDIMENTO DE INSPECÇÃO TRIBUTÁRIA	
DECRETO-LEI Nº 413/98, DE 31 DE DEZEMBRO	199

LEI Nº 50/2005, DE 30 DE AGOSTO	201
PARTE I Procedimento de inspecção tributária	203
TÍTULO I Princípios e disposições gerais	203
CAPÍTULO I Objecto e âmbito	203
CAPÍTULO II Princípios do procedimento de inspecção tributária	205
CAPÍTULO III Classificações do procedimento de inspecção tributária	206
TÍTULO II Competência e garantias de imparcialidade	207
CAPÍTULO I Competência	207
CAPÍTULO II Garantias de imparcialidade	208
TÍTULO III Planeamento e selecção	209
CAPÍTULO I Planeamento	209
CAPÍTULO II Selecção	210
TÍTULO IV Actos de inspecção	210
CAPÍTULO I Garantias do exercício da função inspectiva	210
CAPÍTULO II Local, horário dos actos de inspecção e prazo do procedimento	214
CAPÍTULO III Notificações e informações	215
PARTE II Marcha do procedimento de inspecção	217
TÍTULO I Início do procedimento de inspecção	217
CAPÍTULO I Preparação, programação e planeamento	217
CAPÍTULO II Cooperação e notificação para início do procedimento	219
TÍTULO II Actos do procedimento de inspecção	220
TÍTULO III Conclusão e efeitos do procedimento de inspecção	222
CAPÍTULO I Conclusão do procedimento de inspecção	222
CAPÍTULO II Efeitos do procedimento de inspecção	224
 SISTEMA DE INSPECÇÃO TRIBUTÁRIA POR INICIATIVA DO SUJEITO PASSIVO OU DE TERCEIRO	
DECRETO-LEI Nº 6/99, DE 8 DE JANEIRO	227
 REGIME GERAL DAS INFRACÇÕES TRIBUTÁRIAS	
LEI Nº 15/2001, DE 5 DE JUNHO	231
PARTE I Princípios gerais	235
CAPÍTULO I Disposições comuns	235
CAPÍTULO II Disposições aplicáveis aos crimes tributários	238
CAPÍTULO III Disposições aplicáveis às contra-ordenações	243
PARTE II Do processo	247
CAPÍTULO I Processo penal tributário	247
CAPÍTULO II Processo de contra-ordenação tributária	251
SECÇÃO I Disposições gerais	251
SECÇÃO II Processo de aplicação das coimas	256
SUBSECÇÃO I Da fase administrativa	256
SUBSECÇÃO II Da fase judicial	260

PARTE III Das infracções tributárias em especial	261
TÍTULO I Crimes tributários	261
CAPÍTULO I Crimes tributários comuns	261
CAPÍTULO II Crimes aduaneiros	263
CAPÍTULO III Crimes fiscais	267
CAPÍTULO IV Crimes contra a segurança social	269
TÍTULO II Contra-ordenações tributárias	269
CAPÍTULO I Contra-ordenações aduaneiras	269
CAPÍTULO II Contra-ordenações fiscais	273

DOS IMPOSTOS EM ESPECIAL

CÓDIGO DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES

DECRETO-LEI Nº 442-A/88, DE 30 DE NOVEMBRO	283
DECRETO-LEI Nº 198/2001, DE 3 DE JULHO	289
CAPÍTULO I Incidência	305
SECÇÃO I Incidência real	305
SECÇÃO II Incidência pessoal	320
CAPÍTULO II Determinação do rendimento colectável	327
SECÇÃO I Regras gerais	327
SECÇÃO II Rendimentos do trabalho	331
SECÇÃO III Rendimentos empresariais e profissionais	332
SECÇÃO IV Rendimentos de capitais	339
SECÇÃO V Rendimentos prediais	340
SECÇÃO VI Incrementos patrimoniais	340
SECÇÃO VII Pensões	344
SECÇÃO VIII Dedução de perdas	345
SECÇÃO IX Abatimentos	346
SECÇÃO X Processo de determinação do rendimento colectável	347
CAPÍTULO III Taxas	350
CAPÍTULO IV Liquidação	356
CAPÍTULO V Pagamento	366
CAPÍTULO VI Obrigações acessórias	372
CAPÍTULO VII Fiscalização	381
CAPÍTULO VIII Garantias	383
CAPÍTULO IX Disposições diversas	384

LEI Nº 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO	
Artigo 176º Sobretaxa em sede de IRS	387

TABELA DE ACTIVIDADES EXERCIDAS PELOS SUJEITOS PASSIVOS DO IRS	
PORTARIA Nº 1011/2001, DE 21 DE AGOSTO	389

TABELA DE ACTIVIDADES DE ELEVADO VALOR ACRESCENTADO, COM CARÁCTER CIENTÍFICO, ARTÍSTICO OU TÉCNICO EXERCIDAS POR RESIDENTES NÃO HABITUAIS	
PORTARIA Nº 12/2010, DE 7 DE JANEIRO	393

REGIME JURÍDICO DE RETENÇÃO NA FONTE DO IRS	
DECRETO-LEI Nº 42/91, DE 22 DE JANEIRO	397
DECRETO-LEI Nº 134/2001, DE 24 DE ABRIL	399

CAPÍTULO I Retenção de IRS sobre rendimentos do trabalho dependente e pensões	401
CAPÍTULO II Retenção de IRS sobre rendimentos de outras categorias	404
CAPÍTULO III Da remuneração por excesso de imposto antecipadamente pago	408
CAPÍTULO IV Retenções de IRS sobre rendimentos abrangidos por convenções internacionais	409
CAPÍTULO V Disposições diversas	411

CÓDIGO DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLECTIVAS

DECRETO-LEI Nº 442-B/88, DE 30 DE NOVEMBRO	413
DECRETO-LEI Nº 159/2009, DE 13 DE JULHO	421
LEI Nº 2/2014, DE 16 DE JANEIRO	427
CAPÍTULO I Incidência	440
CAPÍTULO II Isenções	447
CAPÍTULO III Determinação da matéria coletável	453
SECÇÃO I Disposições gerais	453
SECÇÃO II Pessoas coletivas e outras entidades residentes que exerçam, a título principal, atividade comercial, industrial ou agrícola	455
SUBSECÇÃO I Regras gerais	455
SUBSECÇÃO II Mensuração e perdas por imparidades em ativos correntes	464
SUBSECÇÃO III Depreciações, amortizações e perdas por imparidades em ativos não correntes	467
SUBSECÇÃO IV Imparidades	472
SUBSECÇÃO IV-A Provisões	472
SUBSECÇÃO V Regime de outros encargos	474
SUBSECÇÃO VI Regime das mais-valias e menos-valias realizadas	479
SUBSECÇÃO VII Instrumentos financeiros derivados	483
SUBSECÇÃO VIII Empresas de seguros	484

SUBSECÇÃO VIII-A Rendimentos de patentes e outros direitos de propriedade industrial	485
SUBSECÇÃO IX Dedução de lucros e reservas distribuídos e de mais e menos-valias realizadas com a transmissão onerosa de partes sociais	486
SUBSECÇÃO X Dedução de prejuízos	489
SECÇÃO III Pessoas coletivas e outras entidades residentes que não exerçam, a título principal, atividade comercial, industrial ou agrícola	491
SECÇÃO III-A Estabelecimentos estáveis de entidades residentes	493
SECÇÃO IV Entidades não residentes	494
SECÇÃO V Determinação do lucro tributável por métodos indiretos	495
SECÇÃO VI Disposições comuns e diversas	496
SUBSECÇÃO I Correções para efeitos da determinação da matéria coletável	496
SUBSECÇÃO II Regime especial de tributação dos grupos de sociedades	504
SUBSECÇÃO III Transformação de sociedades	509
SUBSECÇÃO IV Regime especial aplicável às fusões, cisões, entradas de ativos e permutas de partes sociais	509
SUBSECÇÃO V Liquidação de sociedades e outras entidades	518
SUBSECÇÃO VI Transferência de residência de uma sociedade para o estrangeiro e cessação de atividade de entidades não residentes	520
SUBSECÇÃO VII Realização de capital de sociedades por entrada de património de pessoa singular	522
SECÇÃO VII Regime simplificado de determinação da matéria coletável	523
CAPÍTULO IV Taxas	525
CAPÍTULO V Liquidação	529
CAPÍTULO VI Pagamento	541
SECÇÃO I Entidades que exerçam, a título principal, atividade comercial, industrial ou agrícola	541
SECÇÃO II Entidades que não exerçam, a título principal, atividade comercial, industrial ou agrícola	546
SECÇÃO III Disposições comuns	546
CAPÍTULO VII Obrigações acessórias e fiscalização	548
SECÇÃO I Obrigações acessórias dos sujeitos passivos	548
SECÇÃO II Outras obrigações acessórias de entidades públicas e privadas	555
SECÇÃO III Fiscalização	556
CAPÍTULO VIII Garantias dos contribuintes	557
CAPÍTULO IX Disposições finais	560

REGIME DAS DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES PARA EFEITOS DE IRC	
DECRETO REGULAMENTAR Nº 25/2009, DE 14 DE SETEMBRO	561
ESTATUTO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS	
DECRETO-LEI Nº 215/89, DE 1 DE JULHO	583
DECRETO-LEI Nº 108/2008, DE 26 DE JUNHO	591
PARTE I Princípios gerais	595
PARTE II Benefícios fiscais com carácter estrutural	599
CAPÍTULO I Benefícios fiscais de natureza social	599
CAPÍTULO II Benefícios fiscais à poupança	602
CAPÍTULO III Benefícios fiscais ao sistema financeiro e mercado de capitais	604
CAPÍTULO IV Benefícios fiscais às zonas francas	613
CAPÍTULO V Benefícios fiscais relativos a relações internacionais	618
CAPÍTULO VI Benefícios fiscais ao investimento produtivo	620
CAPÍTULO VII Benefícios fiscais relativos a bens imóveis	621
CAPÍTULO VIII Outros benefícios fiscais	627
CAPÍTULO IX Benefícios fiscais à reestruturação empresarial	629
CAPÍTULO X Benefícios fiscais relativos ao mecenato	632
CAPÍTULO XI Benefícios às cooperativas	637
CAPÍTULO XII Benefícios pela exigência de fatura	639
CAPÍTULO XIII Benefício ao reinvestimento de lucros e reservas	640
PARTE III Benefícios fiscais com carácter temporário	643
CÓDIGO DO IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO	
DECRETO-LEI Nº 394-B/84, DE 26 DE DEZEMBRO	649
DECRETO-LEI Nº 102/2008, DE 20 DE JUNHO	653
CAPÍTULO I Incidência	657
CAPÍTULO II Isenções	669
SECÇÃO I Isenções nas operações internas	669
SECÇÃO II Isenções na importação	674
SECÇÃO III Isenções na exportação, operações assimiladas a exportações e transportes internacionais	676
SECÇÃO IV Outras isenções	678
CAPÍTULO III Valor tributável	680
SECÇÃO I Valor tributável nas transacções internas	680
SECÇÃO II Valor tributável na importação de bens	682
CAPÍTULO IV Taxas	683
CAPÍTULO V Liquidação e pagamento do imposto	684
SECÇÃO I Deduções	684
SECÇÃO II Pagamento do imposto	692
SECÇÃO III Outras obrigações dos contribuintes	694
SECÇÃO IV Regimes especiais	709

SUBSECÇÃO I Regime de isenção	709
SUBSECÇÃO II Regime dos pequenos retalhistas	712
SUBSECÇÃO III Regime de tributação dos combustíveis líquidos aplicável aos revendedores	715
SECÇÃO V Disposições comuns	716
CAPÍTULO VI Fiscalização e determinação oficiosa do imposto	725
CAPÍTULO VII Garantias dos sujeitos passivos	728
CAPÍTULO VIII Disposições finais	729
LISTA I Bens e serviços sujeitos a taxa reduzida	730
LISTA II Bens e serviços sujeitos a taxa intermédia	735
ANEXO A – Lista das actividades de produção agrícola	735
ANEXO B – Lista das prestações de serviços agrícolas	735
ANEXO C – Lista dos bens a que se refere o artigo 15º, nº 4, do CIVA	736
ANEXO D – Lista exemplificativa de prestações de serviços por via electrónica	737
ANEXO E – Lista dos bens e serviços do sector de desperdícios, resíduos e sucatas recicláveis a que se refere a alínea i) do nº 1 do artigo 2º	737
REGIME DO IVA NAS TRANSACÇÕES INTRACOMUNITÁRIAS	
DECRETO-LEI Nº 290/92, DE 28 DE DEZEMBRO	739
CAPÍTULO I Incidência	747
CAPÍTULO II Isenções	753
CAPÍTULO III Valor tributável	755
CAPÍTULO IV Taxas	756
CAPÍTULO V Liquidação e pagamento do imposto	756
SECÇÃO I Deduções	756
SECÇÃO II Reembolsos	757
SECÇÃO III Pagamento do imposto	757
CAPÍTULO VI Outras obrigações dos sujeitos passivos	758
CAPÍTULO VII Disposições finais	763
REFORMA DA TRIBUTAÇÃO DO PATRIMÓNIO	
DECRETO-LEI Nº 287/2003, DE 12 DE NOVEMBRO	765
CAPÍTULO I Aprovação	766
CAPÍTULO II Alterações legislativas	766
CAPÍTULO III Regime transitório	766
CAPÍTULO IV Disposições finais	778
CÓDIGO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS	
CAPÍTULO I Incidência	783
CAPÍTULO II Isenções	787
CAPÍTULO III Matrizes prediais	788
CAPÍTULO IV Do objecto e tipos de avaliação na determinação do valor patrimonial tributário	789

CAPÍTULO V Do valor patrimonial tributário dos prédios rústicos	789
SECÇÃO I Do rendimento fundiário	789
SECÇÃO II Avaliação de base cadastral	790
SECÇÃO III Avaliação de base não cadastral	794
SECÇÃO IV Avaliação directa	795
SECÇÃO V Disposições diversas	795
CAPÍTULO VI Do valor patrimonial tributário dos prédios urbanos	796
SECÇÃO I Da iniciativa da avaliação	796
SECÇÃO II Das operações de avaliação	796
CAPÍTULO VII Dos organismos de coordenação e de avaliação	805
SECÇÃO I Da propriedade rústica	805
SUBSECÇÃO I Organismos de coordenação	805
SUBSECÇÃO II Dos peritos avaliadores	807
SECÇÃO II Da propriedade urbana	808
SECÇÃO III Disposições comuns	811
CAPÍTULO VIII Reclamações e impugnações da avaliação	812
SECÇÃO I De prédios rústicos	812
SECÇÃO II De prédios urbanos	814
SECÇÃO III Disposição comum	816
CAPÍTULO IX Organização e conservação das matrizes	816
SECÇÃO I Disposições comuns	816
SECÇÃO II Matrizes cadastrais rústicas	817
SECÇÃO III Matrizes não cadastrais rústicas	818
SECÇÃO IV Matrizes urbanas	818
SECÇÃO V Cadernetas prediais	819
SECÇÃO VI Guarda e conservação do cadastro geométrico	820
SECÇÃO VII Alterações matriciais	822
SECÇÃO VIII Renovação das matrizes	823
CAPÍTULO X Taxas	824
CAPÍTULO XI Liquidação	826
CAPÍTULO XII Pagamento	827
CAPÍTULO XIII Fiscalização	829
CAPÍTULO XIV Garantias	830
CAPÍTULO XV Disposições diversas	832

CÓDIGO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE AS TRANSMISSÕES ONEROSAS DE IMÓVEIS

CAPÍTULO I Incidência	837
CAPÍTULO II Isenções	840
CAPÍTULO III Determinação do valor tributável	845
CAPÍTULO IV Taxas	850
CAPÍTULO V Liquidação	852
CAPÍTULO VI Cobrança	856
CAPÍTULO VII Garantias	858

CAPÍTULO VIII Fiscalização	859
CAPÍTULO IX Disposições diversas	862
CÓDIGO DO IMPOSTO DO SELO	
LEI Nº 150/99, DE 11 DE SETEMBRO	863
CAPÍTULO I Incidência	870
CAPÍTULO II Isenções	876
CAPÍTULO III Valor tributável	878
SECÇÃO I Regras gerais	878
SECÇÃO II Nas transmissões gratuitas	879
CAPÍTULO IV Taxas	885
CAPÍTULO V Liquidação	885
SECÇÃO I Regras gerais	885
SECÇÃO II Nas transmissões gratuitas	886
SECÇÃO III Regras comuns	891
CAPÍTULO VI Pagamento	892
CAPÍTULO VII Garantias	894
CAPÍTULO VIII Fiscalização	895
SECÇÃO I Regras gerais	895
SUBSECÇÃO I Obrigações dos sujeitos passivos	895
SUBSECÇÃO II Obrigações de entidades públicas e privadas	897
SECÇÃO II Nas transmissões gratuitas	898
CAPÍTULO IX Disposições diversas	898
Tabela Geral do Imposto do Selo	901
CÓDIGO DOS IMPOSTOS ESPECIAIS DE CONSUMO	
DECRETO-LEI Nº 73/2010, DE 21 DE JUNHO	905
PARTE I Parte geral	911
CAPÍTULO I Princípios e regras gerais	911
CAPÍTULO II Liquidação, pagamento e reembolso do imposto	916
CAPÍTULO III Produção, transformação e armazenagem em regime de suspensão	920
CAPÍTULO IV Circulação em regime de suspensão	926
CAPÍTULO V Perdás e Inutilização	931
CAPÍTULO VI Garantias	933
CAPÍTULO VII Circulação e tributação após a introdução no consumo	935
PARTE II Parte especial	938
CAPÍTULO I Imposto sobre o álcool e as bebidas alcoólicas	938
CAPÍTULO II Imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos	949
CAPÍTULO III Imposto sobre o tabaco	959
REFORMA DA TRIBUTAÇÃO AUTOMÓVEL	
LEI Nº 22-A/2007, DE 29 DE JUNHO	969

CÓDIGO DO IMPOSTO SOBRE VEÍCULOS	
CAPÍTULO I Princípios e regras gerais	973
CAPÍTULO II Estatuto dos sujeitos passivos	980
CAPÍTULO III Introdução no consumo	982
CAPÍTULO IV Liquidação, pagamento e reembolso	987
CAPÍTULO V Regimes suspensivos	990
SECÇÃO I Admissão e importação temporária	990
SUBSECÇÃO I Regras gerais	990
SUBSECÇÃO II Regras especiais	992
SECÇÃO II Expedição e exportação	997
CAPÍTULO VI Regimes de isenção	999
SECÇÃO I Regras gerais	999
SECÇÃO II Regras especiais	1001
SUBSECÇÃO I Funções de autoridade, utilidade pública e serviço de táxi	1001
SUBSECÇÃO II Pessoas com deficiência	1004
SUBSECÇÃO III Transferência de residência	1006
CAPÍTULO VII Disposições finais	1009
CÓDIGO DO IMPOSTO ÚNICO DE CIRCULAÇÃO	
CAPÍTULO I Princípios e regras gerais	1011
CAPÍTULO II Liquidação e pagamento	1020
CAPÍTULO III Obrigações acessórias, fiscalização e regime contra-ordenacional	1021
LEI Nº 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO	
Artigo 202º Adicional em sede de IUC	1025

SUMÁRIO

PARTE GERAL

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA	9
LEI GERAL TRIBUTÁRIA	
Decreto-Lei nº 398/98, de 17 de Dezembro	29
CÓDIGO DE PROCEDIMENTO E DE PROCESSO TRIBUTÁRIO	
Decreto-Lei nº 433/99, de 26 de Outubro	81
COMBATE AO PLANEAMENTO FISCAL ABUSIVO	
Decreto-Lei nº 29/2008, de 25 de Fevereiro	185
REGIMES DE TRIBUTAÇÃO PRIVILEGIADA	
Portaria nº 150/2004, de 13 de Fevereiro	195
REGIME COMPLEMENTAR DO PROCEDIMENTO DE INSPECÇÃO TRIBUTÁRIA	
Decreto-Lei nº 413/98, de 31 de Dezembro	199
SISTEMA DE INSPECÇÃO TRIBUTÁRIA POR INICIATIVA DO SUJEITO PASSIVO OU DE TERCEIRO	
Decreto-Lei nº 6/99, de 8 de Janeiro	227
REGIME GERAL DAS INFRACÇÕES TRIBUTÁRIAS	
Lei nº 15/2001, de 5 de Junho	231

DOS IMPOSTOS EM ESPECIAL

CÓDIGO DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES	
Decreto-Lei nº 442-A/88, de 30 de Novembro	283
Lei nº 83-C/2013, de 31 de Dezembro	
Artigo 176º Sobretaxa em sede de IRS	387

TABELA DE ACTIVIDADES EXERCIDAS PELOS SUJEITOS PASSIVOS DO IRS	
Portaria nº 1011/2001, de 21 de Agosto	389
TABELA DE ACTIVIDADES DE ELEVADO VALOR ACRESCENTADO, COM CARÁCTER CIENTÍFICO, ARTÍSTICO OU TÉCNICO EXERCIDAS POR RESIDENTES NÃO HABITUAIS	
Portaria nº 12/2010, de 7 de Janeiro	393
REGIME JURÍDICO DE RETENÇÃO NA FONTE DO IRS	
Decreto-Lei nº 42/91, de 22 de Janeiro	397
CÓDIGO DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLECTIVAS	
Decreto-Lei nº 442-B/88, de 30 de Novembro	413
REGIME DAS DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES PARA EFEITOS DE IRC	
Decreto Regulamentar nº 25/2009, de 14 de Setembro	561
ESTATUTO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS	
Decreto-Lei nº 215/89, de 1 de Julho	583
CÓDIGO DO IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO	
Decreto-Lei nº 394-B/84, de 26 de Dezembro	649
REGIME DO IVA NAS TRANSACÇÕES INTRACOMUNITÁRIAS	
Decreto-Lei nº 290/92, de 28 de Dezembro	739
REFORMA DA TRIBUTAÇÃO DO PATRIMÓNIO	
Decreto-Lei nº 287/2003, de 12 de Novembro	765
CÓDIGO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS	781
CÓDIGO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE AS TRANSMISSÕES ONEROSAS DE IMÓVEIS	835
CÓDIGO DO IMPOSTO DO SELO	
Lei nº 150/99, de 11 de Setembro	863
CÓDIGO DOS IMPOSTOS ESPECIAIS DE CONSUMO	
Decreto-Lei nº 73/2010, de 21 de Junho	905

REFORMA DA TRIBUTAÇÃO AUTOMÓVEL	
Lei nº 22-A/2007, de 29 de Junho	969
CÓDIGO DO IMPOSTO SOBRE VEÍCULOS	973
CÓDIGO DO IMPOSTO ÚNICO DE CIRCULAÇÃO	1011
Lei nº 83-C/2013, de 31 de Dezembro	
Artigo 202º Adicional em sede de IUC	1025
ÍNDICE-SUMÁRIO	1027
SUMÁRIO	1041